



DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA PESQUISA DE REGISTROS MUSICAIS EM FORMATO DIGITAL ENQUANTO FONTES PARA O ESTUDO DA HISTÓRIA E DA MUSICOLOGIA HISTÓRICA: OBSERVAÇÕES A PARTIR DE UMA PESQUISA DE CAMPO

Challenges and possibilities of researching musical records in digital format as sources for the study of History and Historical Musicology: observations from field research

Desafíos y posibilidades de investigación sobre registros musicales digitales como fuentes para el estudio de la Historia y la Musicología histórica: observaciones de la investigación de campo

Fernando Lacerda Simões Duarte¹

Resumo: O estudo das práticas musicais do passado e do presente a partir das abordagens histórica e musicológica perpassa a investigação das fontes e poderia avançar consideravelmente caso estas estivessem digitalizadas e disponíveis online. Neste trabalho busca-se compreender, a partir da pesquisa bibliográfica e da investigação de campo em quase duzentas cidades, quais os avanços no sentido da digitalização das fontes e da produção de metadados que as situem nos contextos dos acervos aos quais estão recolhidas, e quais os desafios para efetivar este avanço. Os resultados apontam para avanços pontuais em algumas entidades custodiadoras, mas grandes desafios, que variam desde a falta de reconhecimento de documentos musicográficos enquanto fontes até a escassez de recursos tecnológicos e humanos.

Palavras-chave: Acervos musicais brasileiros. Documentos musicográficos. Metadados. Digitalização de partituras. Práticas musicais no Brasil.

Abstract: The study of the musical practices of the past and the present from the historical and musicological approaches runs the research of sources and could advance considerably if they were scanned and available online. This paper aims to understand, from bibliographic research and field research in almost two hundred cities, what are the advances in the sense of digitizing sources and the production of metadata that are in the contexts of the collections to which they are collected, and which the challenges to make this advance. The results point to occasional advances in some custodian entities, but major challenges, ranging from lack of recognition of musicographic documents as sources to the scarcity of technological and human resources.

¹ Doutor em Música. Programa de Pós-Graduação em Letras e Artes da Universidade do Estado do Amazonas – estágio pós-doutoral, Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: lacerda.lacerda@yahoo.com.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4412726528039535>; Orcid iD: <http://orcid.org/0000-0001-7506-5413>.

Keywords: Brazilian music collections. Musicographic documents. Metadata. Digitization of sheet music. Musical Practices in Brazil.

Resúmen: El estudio de las prácticas musicales del pasado y el presente de los enfoques históricos y musicológicos dirige la investigación de fuentes y podría avanzar considerablemente si fueran escaneados y disponibles en línea. En este *paper*, se busca comprender, desde la investigación bibliográfica y la investigación de campo en casi doscientas ciudades, cuáles son los avances en el sentido de las fuentes de digitalización y la producción de metadatos que están en los contextos de las colecciones a las que se recopilan, y que los desafíos para hacer este avance. Los resultados apuntan a avances ocasionales en algunas entidades custodias, pero desafíos importantes, que van desde la falta de reconocimiento de documentos con musicografía como fuentes hasta la escasez de recursos tecnológicos y humanos.

Palabras clave: Colecciones musicales brasileñas. Documentos con musicografía. Metadatos. Escaneo de partituras. Prácticas musicales en Brasil.

Introdução

As atividades musicais do passado legaram ao presente diversos traços ou vestígios, dentre os quais, instrumentos musicais e os documentos musicográficos. Por outro lado, ainda hoje a produção e a prática de determinados repertórios segue produzindo documentos musicográficos, além de registros fonográficos e audiovisuais em formatos diversos. Tais fontes para o estudo da música do passado encontram-se nas mais diversas situações de recolhimento, sendo as principais os arquivos pessoais e familiares custodiados por particulares, as bandas de música, coros, orquestras e instituições voltadas ao ensino especializado de música enquanto entidades custodiadoras, além da salvaguarda de acervos por arquivos públicos e eclesiásticos, museus – especializados ou não em música –, bibliotecas, musicotecas e discotecas públicas. Sua salvaguarda pressupõe, portanto, uma atividade coordenada entre especialistas das áreas específicas de cada entidade custodiadora e músicos ou musicólogos (CASTAGNA, 2019; DUARTE, 2016; 2018a).

Em um país de proporções continentais, como é o caso do Brasil, em que os acervos encontram-se, muitas vezes, a grandes distâncias dos pesquisadores, a investigação das fontes para a compreensão das práticas musicais poderia avançar consideravelmente caso estas estivessem digitalizadas e disponíveis *online*. Neste trabalho busca-se compreender, a partir da pesquisa bibliográfica e da investigação de campo em cento e noventa e quatro cidades brasileiras e duas no exterior, realizada nas vinte e sete unidades federativas, quais os avanços

no sentido da digitalização das fontes e da produção de metadados que as situem nos contextos dos acervos aos quais estão recolhidas, em quais acervos esses avanços ocorreram, e quais os desafios para efetivar este avanço de maneira mais ampla no Brasil.

As fontes para a pesquisa sobre a música são diversas e abrangem, para além dos documentos musicográficos, também os fonográficos, audiovisuais, registros gerados por instituições que se dedicam ao ensino da música, instrumentos musicais, anotações de compositores, livros litúrgicos, entrevistas, além dos próprios instrumentos de pesquisa dos acervos, que podem ser compreendidos enquanto fontes (GÓMEZ GONZÁLEZ *et al.*, 2007). O enfoque deste trabalho será principalmente nos documentos musicográficos, uma vez que documentos textuais são mais facilmente tratáveis a partir dos critérios estabelecidos na Arquivologia e aqueles fonográficos ou audiovisuais, como documentos publicados. Ademais, os dados obtidos em pesquisa de campo versam principalmente sobre os documentos musicográficos. Sobre a necessidade de sua disponibilização aos consulentes de maneira cada vez mais ampla, escreveu André Guerra Cotta:

A dificuldade de acesso à informação é preocupante, pois o maior perigo para o patrimônio musical é a desinformação, a ignorância quanto ao conteúdo dos acervos: quanto mais a sociedade souber, por exemplo, o que existe no acervo da Biblioteca Nacional, maior serão o controle e a segurança de suas fontes, melhor e mais prolífico será o acesso e a produção de conhecimento a partir delas (o que é, no final das contas, o objetivo da instituição). [...] Mesmo com os recursos e tecnologias digitais de que dispomos hoje, sem políticas de acessibilidade para as fontes de pesquisa e sem um esforço sistemático para tratar – e descrever – o patrimônio musical tangível em nosso país, ainda estaremos muito longe de conhecê-lo plenamente. [...] Uma cultura da acessibilidade poderia inaugurar uma nova fase para a pesquisa musicológica no Brasil pelo menos em dois sentidos: por um lado, permitiria um recenseamento efetivo das fontes existentes, tanto para a produção de catálogos temáticos, para a atualização dos existentes, como para a elaboração de estemas adequados para os processos editoriais; por outro lado, permitiria a construção de uma história das fontes, de seus escribas, das instituições, técnicas e práticas relacionadas, nos termos antes mencionados (COTTA, 2018, p. 24-25).

A relevância dos processos de digitalização para a salvaguarda, em sentido amplo, do patrimônio arquivístico-musical, seja em razão da difusão, seja para preservar os documentos físicos, com limitação à consulta direta a eles, seja até mesmo para despertar o interesse dos músicos pelo repertório contido em tais documentos e eventualmente resultar na inserção do

repertório nas práticas musicais, mas também gerar um incremento da pesquisa sobre as práticas musicais do passado é inegável. Essa tem sido uma preocupação não somente no Brasil, como também em Portugal (NOGUEIRA *et al.*, 2015; SEIÇA, CHAVES, 2024), e em vários outros países. Prova disto é que a própria UNESCO tem se dedicado à temática da digitalização de documentos históricos (ONOFRE *et al.*, 2015).

Deram origem a este trabalho os seguintes problemas: Quais os desafios para a digitalização de documentos com informações musicais que possam servir à história da música ou das práticas musicais ou ainda à história social na qual a música de determinada comunidade em abordagens que confirmam relevância à música? Quais os desafios na recuperação das informações musicais e quais dizem respeito aos suportes da informação ou a questões mais amplas? Quais os avanços no Brasil e como situar o país frente aos desafios observados? Embora respostas exaustivas a tais questões demandem uma análise que exceda os limites de um artigo, se buscará analisar os dados obtidos em uma pesquisa que tem se estendido por mais de uma década.

Referenciais teóricos

O primeiro aspecto a ser considerado é que documentos musicográficos possuem características próprias, que os diferem dos documentos administrativos (CASTAGNA, 2019; DUARTE, 2019). Eis a definição do Conselho Nacional de Arquivos:

Documento musicográfico. Gênero documental integrado por documentos que contém informação codificada através de notação musical (ou equivalente). Exemplos de documentos musicográficos são as partituras, partes (vocais e/ou instrumentais), coletâneas, livros de coro, rolos, lições, e cartinas (CONARQ, 2018, p. 13).

A partir da clássica teoria das três idades documentais (BELLOTTO, 2001), um determinado documento perderia seu valor primário na medida em que sua finalidade fosse alcançada, passando, então, ao recolhimento intermediário, e após determinada seleção, ao recolhimento permanente, de acordo com tabelas de temporalidade. Disso decorre certa organicidade, por exemplo, em processos administrativos ou judiciais, graças à qual não é possível permutar Os documentos musicográficos não perdem seu valor primário enquanto puderem ter sua notação compreendida. Disso decorrem os fatos de que: 1) é possível reabilitar um documento musicográfico que já se encontrava em recolhimento intermediário ou

permanente em uma entidade custodiadora à sua função primária (DUARTE, 2018b); 2. a passagem ao recolhimento permanente depende de uma vontade de memória, uma vez que inexistem tabelas de temporalidade para seu recolhimento; 3. além disso, é possível que um grupo (orquestra, banda de música etc.) utilize as mesmas partituras e/ou partes instrumentais avulsas produzidas para outro grupo em uma performance posterior, com ou sem acréscimos de novas partes copiadas (DUARTE, 2019). Deste último fato se apreende que o princípio da separação de fundos é fundamental para ao menos se buscar mapear as proveniências e o provável uso em práticas musicais dos documentos. Neste sentido, o que Rita de Cássia Santos (2020) denominou vida social dos objetos e itinerário das coleções acabam sendo complementares quando se pensa no estudo dos documentos musicográficos enquanto fontes históricas e devem ser levados em consideração na produção dos metadados a eles referentes. Por outro lado, não se pode perder de vista que, no Brasil, os principais acervos de documentos musicográficos produzidos nos séculos XVIII e XIX são coleções e não arquivos, ou seja, se originaram da seleção de documentos de diferentes proveniências a partir de critérios pessoais de quem as originou (DUARTE, 2016), o que resulta em mais um desafio para fins de catalogação e estudo.

Um documento musicográfico contém, conforme se viu na definição do CONARQ (2018), uma representação da obra musical por meio de uma codificação ou de uma notação específica que traz informações passíveis de conversão em sons. O documento não deve ser confundido, portanto, com a obra que está nele representada. Estas duas dimensões são independentes, de modo que é possível que a mesma obra esteja registrada em documentos diferentes e um mesmo documento traga mais de uma obra. Assim, diferentemente do que ocorre com quadros ou esculturas, é possível restaurar a obra sem restaurar o suporte material, por meio da edição musical.

Outra possibilidade é migrar a informação de suporte, por meio da produção de imagens digitais ou da própria edição em software específico para a notação musical. Em ambos os casos, migra-se informações referentes à obra. Ocorre que, no caso dos documentos produzidos em software, nem sempre as informações extramusicais, tais como nome do copista original, local e data da produção do documento manuscrito, nomes de intérpretes, o fabricante do papel e outras informações do suporte, dentre outras são migradas. A vantagem da produção das fotografias digitais é obviamente a possibilidade de conhecer não apenas a obra musical nele

contida, mas o documento enquanto fonte. Na via oposta, um documento editado em *software* permite aos intérpretes, muitas vezes, uma leitura muito mais clara, o que facilita para o estudo e performance da obra.

Finalmente, para responder à problemática da digitalização dos documentos musicográficos no Brasil, mas também de informações musicais em outros formatos e suportes, é necessário diferenciar a reprodução da informação apenas migrada de suporte de uma digitalização efetiva. Para tanto, recorre-se a Ernesto Bodê:

Um documento digital é o equivalente a uma sequência de códigos binários registrados em algum tipo de tecnologia de memória. Organizados de acordo com determinado formato de arquivo computacional e mensurado através da quantidade de *bytes* total desse arquivo. Dependendo do tipo de conteúdo, haverá outras características específicas como a representação de cores, som ou texto. A interpretação desses códigos para humanos ocorrerá através de sistemas computacionais de *software* e *hardware* (BODÊ, 2016, p. 511).

Distinção talvez mais ilustrativa é aquela que distingue o escaneamento – que também é aplicável às fotografias produzidas por câmeras, aparelhos celulares e quaisquer outros dispositivos com finalidade semelhante – e a digitalização: enquanto o primeiro é uma cópia da informação migrada de suporte, na segunda, “os dados do documento são convertidos em arquivos eletrônicos, que passam por um processo de codificação binária e os metadados que resultam deste processo são usados para organizá-lo em sistemas especializados” (PROFITS CONSULTING, 2019). Ilustra essa distinção a fotografia feita de um jornal (periódico de circulação) e essa fotografia com aplicação da tecnologia OCR (*Optical Character Recognition* ou Reconhecimento de Caractere Óptico), registro de metadados de título do jornal, número, ano e local da publicação, além uma interface para a pesquisa, tal qual ocorre com a *Hemeroteca Digital Brasileira* da Biblioteca Nacional. No caso dos documentos musicográficos, muitos aspectos são semelhantes, mas outros tantos são específicos, a começar da própria musicografia.

Metodologia

A análise aqui proposta se baseia, em parte, em pesquisa empírica, realizada em campo, na busca por entidades e particulares que ainda custodiam, no presente, vestígios da produção e das práticas musicais do passado. Tal pesquisa foi levada a cabo em mais de cento e noventa cidades, entre 2013 e 2024, e abrange todas as unidades federativas brasileiras. Seu recorte inicial preconizou a música de função religiosa no catolicismo romano no século XX, para fins de investigação de doutorado. Quando da conclusão e produção da tese, tal pesquisa abrangia

setenta cidades, sendo considerada, já à época, a mais abrangente até então realizada neste gênero no país (CASTAGNA, 2016).

Posteriormente, o mapeamento foi ampliado para acervos com fontes que contivessem todo tipo de repertório – sobretudo em Minas Gerais e nos estados que integram a Amazônia Legal – ao longo de três estágios pós-doutorais. Em tais pesquisas, foi possível observar as dificuldades encontradas pelas entidades custodiadoras dos documentos musicográficos em suporte de papel, documentos fonográficos e audiovisuais, além de outras possíveis fontes de interesse musical.

Além da pesquisa de campo com consulta *in loco* aos documentos e, quando existem, aos instrumentos de pesquisa disponibilizados pelas instituições, a produção de imagens digitais e estudo dos documentos, a atuação do autor também tem ocorrido à frente do DoMus - Laboratório de Documentação Musical da UFPA, em seu projeto de pesquisa, mas também auxiliando em projetos de outros docentes da Escola de Música da Universidade Federal do Pará e até mesmo da Universidade do Estado do Pará (UEPA). A consulta *online* de documentos em bases como o RISM - Repertório Internacional de Fontes Musicais, ao catálogo do Museu da Música de Mariana – ora descontinuado –, dentre outros, que serão discutidos no próximo item, tem permitido uma análise das soluções adotadas nos âmbitos nacional e internacional. Finalmente, a pesquisa bibliográfica a partir dos referenciais já mencionados tem sido fundamental na compreensão da temática do tratamento da informação em acervos musicais.

Análises e resultados

Os avanços e desafios observados em pesquisa de campo, mas também na consulta online aos documentos serão caracterizados por temas, de maneira a sistematizar a análise de maneira mais clara.

Desafios prévios

O Brasil tem milhares, senão dezenas de milhares de acervos musicais. Há aqueles presentes em instituições voltadas ao ensino especializado de música, os arquivos pessoais de musicistas profissionais e diletantes, de professores de música, de corais, bandas de música – segundo a base de dados da Funarte ([201-]), havia, na década passada, quase duas mil e

quinhentas delas pelo país² –, orquestras sinfônicas e filarmônicas, bibliotecas, arquivos públicos e eclesiásticos, museus sobre as mais diversas temáticas, dentre outras entidades custodiadoras.

Por outro lado, o tratamento de informações musicais exige conhecimentos específicos (COTTA, 2018), que não constam dos programas de ensino da grande maioria dos cursos de música no país, tanto em nível técnico, quanto no superior. A principal exceção neste cenário é o curso superior em Ciências Musicais, ofertado pela Universidade Federal de Pelotas. Na expressiva maioria dos casos, a formação para os acervos musicais acaba ocorrendo somente em nível de pós-graduação *stricto sensu*.

Já nos cursos de Arquivologia, Museologia e Biblioteconomia, as chamadas coleções especiais são estudadas de maneira pontual, sem maior aprofundamento nas características de cada tipo de item – mapas, partituras, maquetes etc. –, o que acaba por gerar déficits no tratamento das informações musicais sob responsabilidade dos egressos.

O resultado deste cenário não poderia ser outro que não a grande carência de tratamento elementar em grande parte dos acervos musicais do país, que não recebem higienização e acondicionamento adequados, tampouco a separação entre os itens utilizados nas práticas musicais do presente e o acervo histórico. Conseqüentemente, inexistem instrumentos de pesquisa, sendo os próprios responsáveis pelo uso do arquivo nas atividades musicais os conhecedores de seu conteúdo.

Uma solução para este desafio seria a formação técnica de documentalistas musicais, que ficaram popularmente conhecidos como arquivistas de orquestra. Sua formação pressupõe conhecimentos musicais aprofundados, mas também conhecimentos oriundos dos campos da Arquivologia e da Biblioteconomia adaptados às características dos documentos musicográficos em suporte de papel, documentos fonográficos, dentre outros. Embora nunca tenha sido ofertada no Brasil, a previsão de uma habilitação específica em nível técnico existia até a terceira edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos – CNTC (MEC, 2014, p. 186). Já na quarta edição, a habilitação em Documentação Musical foi eliminada, passando a figurar em seu lugar apenas a habilitação em Produção Cultural (MEC, 2020, p. 366-367; 546), em que pesem as manifestações contrárias de especialistas, que sequer foram respondidas. Na Espanha,

² Em pesquisa de campo, contudo, foi possível observar que muitas das que foram pesquisadas foram extintas ou já não se encontram nos endereços indicados.

por exemplo, esta questão já está mais bem solucionada, existindo inclusive uma associação de especialistas na documentação musical (AEDOM, [2006]).

Quando os acervos se encontram recolhidos a entidades voltadas às práticas musicais e/ou ao ensino de música, existem ainda os desafios de ordem econômica e política para a manutenção da atividade dessas entidades. A descontinuidade das práticas musicais atinge, nesses casos, não apenas os acervos, mas as atividades musicais enquanto bens culturais imateriais. Em uma cidade pesquisada pelo autor no sudeste paraense, havia o recolhimento de um acervo de proporções expressivas a uma pequena escola de música municipal. A mudança da gestão pública em decorrência das eleições ameaçava, contudo, a manutenção das atividades da escola e conseqüentemente a guarda do acervo. A falta de manutenção em edifícios que sediam bandas de música também é muito recorrente no país, o que acaba por colocar os documentos musicográficos de seus arquivos em risco de perecimento.

Repositórios de imagens digitais

A disponibilização de imagens digitais de documentos musicográficos por parte de entidades custodiadoras tem sido uma iniciativa gradativamente mais recorrente. Neste item, serão analisados alguns casos, bem como os metadados associados a tais imagens

A Biblioteca Nacional possui uma Divisão de Música e Arquivo Sonoro (DIMAS), cujo acervo físico ocupa o Palácio Capanema, na cidade do Rio de Janeiro. Diversos itens da DIMAS têm sido disponibilizados no *BNDigital* ([20--]), repositório da Biblioteca Nacional. Na interface de busca, é possível pesquisar por coleções específicas, mas também pelo tipo de acervo (de manuscritos, objetos de arte, música etc.), tipo de material (partitura, vídeo, planta, periódico, dentre outros), além de itens mais recorrentes em instrumentos de pesquisa de acervos bibliográficos, tais como título, datação, autoridade etc. Os resultados trazem uma imagem da primeira página do documento, além dos seguintes campos: Tipo de material (partitura), Autor/Criador, Ano, Assuntos e um link para o documento digital no formato em que foi disponibilizado.

Outra biblioteca a disponibilizar fotografias digitais de documentos musicográficos é a do Instituto de Artes da UNESP ([2013]), que custodiava o acervo de Furio Franceschini, músico italiano que atuou na Catedral Metropolitana de São Paulo, além de ter sido professor do seminário desta cidade e do Conservatório Dramático e Musical. Merece destaque o fato de o

Acervo Furio Franceschini ter um *link* estável, que garante acesso direto a esse fundo, que está dividido em “coleções” determinadas pela delimitação temporal dos itens. Além da fotografia da primeira página de cada item, são exibidos como metadados o link para o material em formato digital, a data, os autores, o organismo responsável pela publicação, uma descrição, palavras-chave, a URL estável daquele item e a coleção em que se encontra.

Outra coleção que foi parcialmente digitalizada e revelou um item bastante importante para a pesquisa das práticas musicais associadas à entidade custodiadora é a da Biblioteca do Mosteiro de São Bento da Bahia ([201-]). Sendo o mosteiro beneditino mais antigo das Américas, sua coleção é muito relevante. Dentre os itens digitalizados, se encontra um livro (manual) contendo cantochão com notação musical neumática empregado pelos monges beneditinos de hábito negro em procissões. O item é datado de 1620 e, caso se encontre no mosteiro da Bahia desde o século XVII – hipótese que ainda carece de comprovação –, figuraria dentre os mais antigos vestígios documentais de práticas musicais em solo brasileiro. As obras raras digitalizadas são exibidas em uma listagem, sendo possível filtrá-las quanto ao autor, ao século e ao idioma. Uma vez selecionado um item, os metadados são o século, o autor, o idioma, o título, o publicador, a descrição física, notas locais (com detalhes relevantes para o estudo da proveniência e possíveis usos, tais como carimbos, selos e anotações), nota de localização e assunto.

O Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM, [2019]) também tem disponibilizado as imagens digitais dos documentos que integram a coleção empreendida pelo padre e musicólogo João Mohana. Essa coleção privilegia obras de compositores maranhenses. Os itens são listados, 1195 itens são listados, sendo possível classificá-los por título, autor e data da inclusão no acervo. Uma vez que se escolha um item, chega-se às suas imagens digitais. Outro acervo de características muito semelhantes às de Mohana I, porém voltado à produção musical no Pará, foi colecionado por Vicente Salles e hoje se encontra recolhido à Biblioteca do Museu da Universidade Federal do Pará. Embora um projeto realizado na década de 2010, financiado pela Petrobrás, tenha gerado a catalogação desse acervo, ainda hoje a consulta ao catálogo somente é possível localmente e, embora parte dos itens documentais já tenha sido fotografada, sua consulta online ainda não foi disponibilizada pela entidade custodiadora.

A disponibilização de imagens digitais de documentos do Acervo Musical do Cabido Metropolitano do Rio de Janeiro também é uma relevante iniciativa no sentido de garantir o acesso à pesquisa sobre as práticas musicais do Brasil colonial e imperial. A iniciativa de

digitalização teve um DVD-ROM como primeiro produto, que hoje se tornou um site. (ACMERJ, [20--]). É possível consultar os documentos por obra, ou seja, pelo título, e por compositor. Uma vez selecionado um item documental, tem-se como metadados: Localização anterior; Localização atual; Unidade Musical; Conjuntos de cópias (separados por copistas e períodos). Outro acervo de apresentação muito semelhante ao do Cabido é o da musicóloga Cleofe Person de Mattos (ACPM, [20--]). Ele se conecta com o Cabido pelo fato de Mattos ter sido a principal estudiosa da obra do padre José Maurício Nunes Garcia, compositor da Capela Imperial do Rio de Janeiro. O tratamento do acervo e a disponibilização dos documentos de pesquisa de Cleofe digitalizados também foram realizados pela empresa *movimento.com* - Produções Artísticas Ltda.

Os avanços observados ainda são excepcionais, se pensada a quantidade de acervos existentes no país. O avanço no mesmo sentido por outras entidades custodiadoras parece ainda recair sobre os custos para manter um repositório *online* (hospedagem, desenvolvimento e manutenção do *site* etc.) e recursos humanos. Quanto à disponibilização por parte de acadêmicos que realizam pesquisas e produzem fotografias digitais em tais acervos – como é o caso do autor deste trabalho –, esbarra-se na questão dos direitos autorais e os direitos do acervo, além da limitação em termos de recursos humanos para a catalogação dos itens documentais e dos custos para a manutenção de um repositório *online*.

Repositórios de partituras editadas

Informações propriamente relativas às obras musicais também podem ser disponibilizadas online por meio da edição de documentos musicográficos em softwares específicos, tais como *Encore*, *Sibelius*, *Finale*, *MuseScore*. No caso deste último, por funcionar online, a partir de qualquer navegador padrão de internet, acaba tendo facilitada a disponibilização de partituras nele editadas, razão pela qual se denomina o maior catálogo gratuito mundial de partituras *online* (MUSESCORE.COM, [20--]). É importante retomar as principais diferenças entre a fotografia digital de um documento musical e uma edição disponibilizada *online* para fins de pesquisa: a fotografia digital traz metadados referente às práticas musicais que muitas vezes são desprezadas nos documentos editados, ademais, tais documentos que passaram por um editor têm seus textos fixados que nem sempre correspondem àquele encontrado nas fontes documentais em suporte de papel. Ainda assim, conforme foi

anteriormente apontado, esses documentos testemunham a existência das obras e podem servir, por exemplo, a análises de cunho estilístico ou de aplicação de figuras retóricas nos processos composicionais. Servem ainda – e com maior eficiência que os manuscritos – à performance musical e, conseqüentemente, à difusão do repertório. Outra vantagem é que o tamanho dos arquivos digitais, muito menores que aqueles decorrentes das fotografias ou escaneamentos de fontes.

Quatro repositórios merecem destaque nessa categoria, sendo os dois primeiros internacionais e os seguintes, desenvolvidos no Brasil: *International Music Score Library Project (IMSLP)* / *Petrucci Music Library*; *Choral Public Domain Library (CPDL)*; *SESC Partituras*; e *Musica Brasilis*.

O IMSLP e o CPDL funcionam com o *software* Wiki, possibilitando que múltiplos colaboradores desenvolvam seu conteúdo. O primeiro é voltado ao repertório orquestral e o segundo, à música coral. Em ambos é possível observar uma considerável quantidade de obras de compositores brasileiros. Outro aspecto a ser notado é que ambos permitem também outros formatos que não apenas as músicas editadas em softwares específicos em formato “.pdf” ou nos formatos dos softwares – “.mus”, “.enc” ou “.sib” – mas também arquivos sonoros em formato midi (“.mid”), gravações em diversos formatos, além de ser possível o upload de fotografias digitais dos documentos musicográficos.

O projeto *SESC Partituras* busca disponibilizar edições musicais em software de obras de compositores brasileiros desde o período colonial até o presente (SESC PARTITURAS, [20-]). Chama atenção a maior presença de música popular se comparado ao IMSLP e ao CPDL. Atualmente, são disponibilizadas pelo projeto mais de três mil partituras. Os resultados das buscas trazem os seguintes metadados: Título; Autoria (“por...”); Ano de publicação; Formação; Instrumentação; Nível de dificuldade; Duração; Observações; e o link no qual é possível fazer o *download* da partitura.

Finalmente, o projeto *Musica Brasilis* tem se apresentado hoje como o principal agregador de partituras editadas em *softwares* a partir de documentos musicográficos recolhidos a acervos brasileiros. O projeto tem financiado o trabalho de editores responsáveis pelo trabalho de transcrição ou edição diplomática das fontes, o que revela um importante aspecto para a salvaguarda dos acervos: a profissionalização das atividades envolvidas na salvaguarda. O alcance do projeto também é digno de nota: acervos de todas as regiões do Brasil foram contemplados, resultando em grande diversidade de repertório produzido no país. O *Musica*

Brasilis é atualmente um Instituto. Por meio de uma apresentação disponível em seu *site*, é possível ter maior noção de suas atividades e objetivos:

Criado em 2009, o portal Musica Brasilis tem como missão o resgate e difusão de repertórios brasileiros de todos os tempos, em grande parte inacessíveis por falta de edições. O acervo, constituído por mais de 6.000 partituras de compositores brasileiros, é mensalmente consultado por 45.000 usuários de todo o mundo (MUSICA BRASILIS, [20--]).

Os dados das obras disponibilizadas no *site* do *Musica Brasilis* são a primeira página da partitura, autoria, título da obra, formação, período (Classicismo, Romantismo etc.), gênero (Clássico ou Popular), Instituição (entidade custodiadora do documento que foi editado), ISMN – *International Standard Music Number*, número que individualiza obras musicais escritas, semelhante ao ISBN dos impressos – o editor e a licença de direitos autorais. No caso de obras para formações instrumentais, é possível fazer o download das partituras completas (grades) e das partes instrumentais avulsas (partes cavas) para execução pelos instrumentistas.

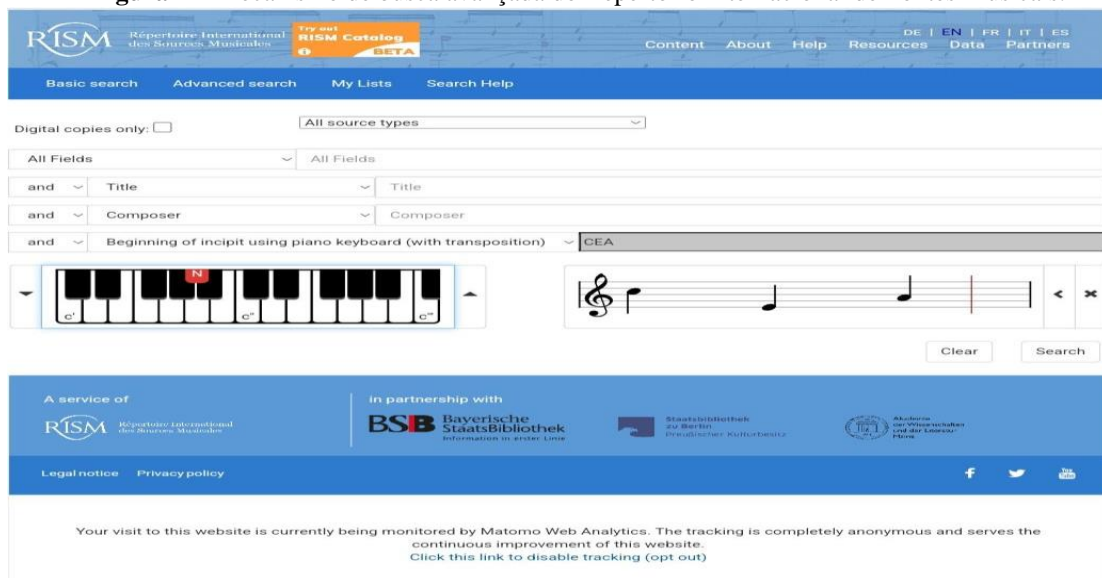
Catálogos, informações musicais e desafios técnicos

Embora escapem à temática central do trabalho, os catálogos de documentos musicográficos, mesmo sem a disponibilização da reprodução digital do documento – ou seja, não se trata de repositórios, mas somente de instrumentos de pesquisa – também se constituem em relevantes fontes para a pesquisa das atividades musicais do passado e podem ser transformados repositórios com relativa facilidade. A iniciativa do *IPB - Instituto Piano Brasileiro* se revela bastante interessante, pois reúne catálogos não apenas de partituras, mas também de gravações e discos (IPB, [20--]).

Por fim, vale destacar a possibilidade de recuperação de informações propriamente musicais, sobretudo da relação entre alturas – diferentes notas, tais como Lá, Dó sustenido etc. – no *RISM - Répertoire International des Sources Musicales*, o Repertório Internacional de Fontes Musicais. No mecanismo de busca avançada, há um teclado (Figura 1) com o qual é possível registrar determinadas sequências de notas que podem ser pesquisadas. Mais do que as notas musicais nominalmente, os resultados retornam os intervalos musicais, ou seja, a quantidade de semitons que separam as notas, resultando, portanto, em perfis melódicos em diferentes transposições.

No Brasil, o Museu da Música de Mariana chegou a ter em seu catálogo um mecanismo de busca por *incipit* musical – o início de uma determinada parte vocal ou instrumental –, mas hoje esse instrumento de pesquisa não mais se encontra *online* para buscas dos documentos musicográficos.

Figura 1 – Mecanismo de busca avançada do Repertório Internacional de Fontes Musicais.



Fonte: RISM, [20–].

Se a recuperação de informações musicais relativas às alturas é um avanço, ha pelo menos dois desafios nos quais seria possível pensar: dados musicais de partituras para instrumentos de percussão sem altura definida e o registro e a recuperação de informações musicais em obras experimentais, que empregam linguagens musicais não-tradicionais, tais como clusters, ruídos, dentre outras. Embora seja um desafio interessante do ponto de vista teórico e conceitual, é necessário salientar que fontes com tais características constituem uma amostragem ínfima no plano dos acervos brasileiros.

Considerações finais

Em resposta às questões que deram origem a este trabalho, é possível dizer que alguns avanços rumo à digitalização tem sido observados, especialmente no que diz respeito à produção de fotografias digitais dos documentos musicográficos e sua disponibilização *online*, como são os casos da *BN Digital*, projeto da Biblioteca Nacional, de parte do acervo da Biblioteca do Mosteiro de São Bento da Bahia, do Cabido Metropolitano do Rio de Janeiro e do Acervo João Mohana, custodiado pelo Arquivo Público do Estado do Maranhão. Embora

não se relacione propriamente às fontes musicográficas, a catalogação e disponibilização de parte dos documentos da musicóloga Cleofe Person de Mattos online também pode ser considerada um avanço.

A disponibilização de partituras editadas em bases de dados *online* também tem sido um avanço considerável para a própria difusão da produção musical ocorrida no Brasil no passado, e um meio para que essa música volte a ser ouvida no presente. Dentre tais bases, é possível citar, em âmbito internacional, a *International Music Score Library Project (IMSLP) / Petrucci Music Library*, e como projetos nacionais, os repositórios *SESC Partituras*, *Instituto Piano Brasileiro* e *Musica Brasilis*, este último, com financiamento para a realização de edições em formato digital das fontes recolhidas a acervos brasileiros, o que tem resultado em um expressivo avanço no sentido da difusão do repertório.

Mais pontualmente, a indexação de dados propriamente musicais também avançou, com a catalogação do Acervo Diniz no RISM e com o catálogo do Museu da Música de Mariana, que, semelhantemente ao RISM, possuía um campo para o *incipit* musical, mas que infelizmente hoje não mais se encontra disponível *online*.

Quanto aos desafios, é necessário apontar que, no Brasil, a preocupação com acervos musicais é muito recente, se comparada a alguns países europeus. O decurso do tempo entre a produção dos documentos e a conseqüente acumulação dos arquivos e as tomadas de decisão no sentido do seu tratamento colaborou para que muitos documentos tenham se perdido. Ademais, existem milhares – talvez dezenas de milhares – de acervos musicais demandando tratamento elementar, que envolve a separação entre os documentos em fase corrente e histórica, higienização, acondicionamento, organização, catalogação, para só então haver a produção de imagens digitais, preparação de um repositório *online* e disponibilização.

Há ainda uma necessidade mais urgente de conscientização do valor dos musicográficos enquanto documentos de valor histórico, de maneira a evitar seu descarte, motivado muitas vezes pelo olhar limitado à sua função primária, ou seja, uma vez que determinadas práticas musicais cessam, os documentos são descartados. Somente os musicólogos não darão conta de sensibilizar para a relevância da documentação musical em sentido mais estrito (musicográficos), tampouco do trabalho de tratar e catalogar as fontes existentes.

Tem-se, portanto, uma série de questões anteriores ao próprio processo de digitalização: identificação dos acervos, mapeamento, produção de um guia nacional de acervos de

documentos musicográficos, tratamento, sistematização das informações referentes aos acervos fragmentados, reconhecimento de distintas proveniências dos itens documentais, garantia da permanência das entidades custodiadoras, dentre outras.

No plano da formação específica para a lida com a documentação musical, a habilitação do curso técnico prevista até a terceira edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos foi extinta na atual edição. De outra parte, aspectos referentes ao aspecto documental das partituras ainda é praticamente inexistente na grande maioria dos cursos técnicos e de graduação em Música no país. Semelhantemente, o enfoque em coleções especiais nos cursos que lidam com documentos musicográficos (arquivologia, biblioteconomia, ciências da informação, museologia etc.) é muito limitado.

Diante dos imensos desafios do cenário brasileiro, algumas discussões técnicas, como é o caso daquela em torno do registro digital de dados musicais da produção de música de concerto com linguagens de vanguarda, acabam sendo muito pontuais, mas nem por isso, desnecessárias.

Em suma, é possível dizer que, embora alguns avanços sejam perceptíveis, tanto do ponto de vista técnico e tecnológico, quanto das realizações em algumas entidades custodiadoras brasileiras, o cenário do país ainda apresenta grandes desafios, que perpassam a sensibilização para o valor documental dos itens musicográficos, o desenvolvimento de técnicas e tecnologias para a digitalização *in loco* nas entidades que se dedicam à prática do repertório e à guarda permanente dos documentos para pesquisa, o financiamento de projetos, a formação e a empregabilidade dos recursos humanos especializados na lida com documentos musicográficos, fonográficos, audiovisuais, dentre outros de interesse para a compreensão da produção e das práticas musicais do passado.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio do Programa de Bolsas de Pós-Doutorado da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade do Estado do Amazonas - Brasil (PROPOSDOC / PROPESP / UEA) - Edital n. 001/2023.

Referências

ACPM - Acervo Cleofe Person de Mattos. [20--]. Disponível em: <http://www.acpm.com.br/>. Acesso em 1 ago. 2024.

ACEMERJ - Acervo Musical do Cabido Metropolitano do Rio de Janeiro. [20--]. Disponível em: <http://www.acmerj.com.br/>. Acesso em 1 ago. 2024.

AEDOM - Asociación Española de Documentación Musical. *Home*. [2006]. Disponível em: <https://aedom.org/>. Acesso em 4 jun. 2024.

APEM - Arquivo Público do Estado do Maranhão. *Coleção João Mohana*. Acervo digital. [2019]. Disponível em: <http://apem.cultura.ma.gov.br/acervo/collections/show/1>. Acesso em 6 jul. 2024.

BELLOTTO, H. L. **Arquivística**: objetos, princípios e rumos. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2002.

BNDIGITAL. **Acervo digital**. [20--]. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/>. Acesso em 10 mai. 2024.

BODÊ, E. Documento digital e preservação digital: algumas considerações conceituais. *RICI - Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*, Brasília, v. 9, n. 2, p. 503-516, 2016.

CASTAGNA, P. Desenvolver a arquivologia musical para aumentar a eficiência da musicologia. In: ROCHA, E., ZILLE, J. A. B. (org.). **Musicologia[s]**. Barbacena: EdUEMG, 2016. p.191-243.

CASTAGNA, P. Entre arquivos e coleções: desafios do estudo de conjuntos documentais musicográficos a partir de suas características intrínsecas. **Revista Interfaces**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 22-41, 2019.

CONARQ - Conselho Nacional de Arquivos. **Glossário**. 3. ed. [Brasília: CONARQ], 2018. 25 p. Disponível em: http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/ctdais/Glossario_ctdaism_v3_2018.pdf. Acesso em: 10 nov. 2019.

COTTA, A. G. O tratamento da informação em documentos musicais no contexto arquivístico. In: **Encontro de musicologia histórica do campo das vertentes**, 1., 2017, São João del Rei. *Anais*. São João del Rei: UFSJ, 2018. p. 10-23.

DUARTE, F. L. S. A história das práticas musicais e os estudos em Musicologia histórica: saberes e diálogos interdisciplinares na pesquisa arquivística da música no Brasil. In: **Encontro internacional, 1.; encontro de história da ANPUH-RIO**, 18., 2018, Rio de Janeiro. *Anais*. Rio de Janeiro: ANPUH-RJ, 2018a. p. 1-11. Disponível em: https://www.encontro2018.rj.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=438. Acesso em 10 mar. 2024.

DUARTE, F. L. S. Patrimônio arquivístico-musical no Brasil: os desafios interdisciplinares da preservação e difusão da memória musical de tradição escrita. **Acesso Livre**, Rio de Janeiro, v. 6, p. 106-124, 2016.

DUARTE, F. L. S. Princípios arquivísticos, características dos documentos de arquivo e as particularidades dos acervos musicais: (des)caminhos do estudo das práticas musicais a partir de documentos musicográficos observados em arquivos e coleções da região amazônica. In: **Congresso da ANPPOM**, 29., 2019, Pelotas. *Anais*. Pelotas: ANPPOM, 2019. p. 1-9. Disponível em: <https://anppom.org.br/congressos/anais/v29/>. Acesso em 10 mar. 2024.

DUARTE, F. L. S. Resgatando a função social de documentos musicográficos: o retorno de fontes à fase corrente a partir das atividades de gestão do acervo musical da capela do Hospital Beneficente Portuguesa em Belém - Pará. In: **Congresso da ANPPOM**, 28., 2018, Manaus. *Anais*. Manaus: ANPPOM, 2018b. p. 1-8. Disponível em: <https://anppom.org.br/congressos/anais/v28/>. Acesso em 10 mar. 2024.

FUNARTE - Fundação Nacional de Artes. **Projeto Bandas**: Bandas de música por estado cadastradas na Funarte. [201-]. Disponível em: <https://sistema.funarte.gov.br/consultaBandas/>. Acesso em 10 mar. 2024.

GÓMEZ GONZÁLEZ, P. J. *et al.* **El Archivo de los Sonidos**: la gestión de fondos musicales. Salamanca: Asociación de Archiveros de Castilla y León, 2008.

IPB – Instituto Piano Brasileiro. **Home**. [20--]. Disponível em: <https://www.institutopianobrasileiro.com.br/>. Acesso em: 2 jul. 2024.

MEC - Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. 3.ed. [Brasília: MEC], 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/estrutura-organizacional/orgaos-especificos-singulares/secretaria-de-educacao-profissional/catalogos-nacionais-de-cursos/catalogo-nacional-de-cursos-tecnicos-cntc>. Acesso em 10 mar. 2024.

MEC - Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. 4.ed. [Brasília: MEC], 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/estrutura-organizacional/orgaos-especificos-singulares/secretaria-de-educacao-profissional/catalogos-nacionais-de-cursos/catalogo-nacional-de-cursos-tecnicos-cntc>. Acesso em 10 mar. 2024.

MOSTEIRO DE SÃO BENTO DA BAHIA. **Livros raros**: Obras. ([201-]). Disponível em: http://saobento.org/livrosraros/?page_id=14. Acesso em 9 jul. 2024.

MUSESCORE.COM: **The world's largest free sheet music catalog**. ([20--]). Disponível em: <https://musescore.com>. Acesso em 9 jul. 2024.

MUSICA BRASILIS: Banco de 6469 partituras gratuitas de música brasileira disponíveis para download em PDF. O instituto. [20--]. Disponível em: <https://musicabrasilis.org.br/sobre-musica-brasilis>. Acesso em 9 jul. 2024.

NOGUEIRA, A. *et al.* A preservação da performance musical contemporânea: o caso do espólio fonográfico em fitas magnéticas de Clotilde Rosa. In: **Processos de musealização: um seminário de investigação internacional**, 1., 2014, Porto. *Actas*. Porto: Universidade do Porto, 2015. p. 252-268. Disponível em: <https://novaresearch.unl.pt/en/publications/a-preservacao-da-performance-musical-contemporanea-o-caso-do-espo>. Acesso em 10 mar. 2024.

ONOFRE, C. M. *et al.* A Preservação e Conservação Digital sob o Ponto de Vista da IFLA/UNESCO. **Múltiplos olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p. 1-12, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/16997>. Acesso em 10 mar. 2024.

PROFITS CONSULTING. **Gestão de documentos**. Qual a diferença entre digitalizar e escanear um documento. 7 mai. 2019. Disponível em: <https://profits.consulting/qual-a-diferenca-entre-digitalizar-e-escanear-um-documento/>. Acesso em: 18 mar. 2024.

RISM - Répertoire International des Sources Musicales. *Advanced search*. [20-]. Disponível em: <https://opac.rism.info/metaopac/start.do?View=rism&SearchType=2&Language=en>. Acesso em 10 nov. 2023.

SANTOS, R. C. M. Objetos em trânsito - Amélia Cavalcanti e o colecionismo do século XIX. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 24, n. 3, p. 351-364, 2020. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/hist.2020.243.02>. Acesso em: 18 mar. 2024.

SEIÇA, A. M.; CHAVES, Z. Musicologia histórica e arquivos digitais em Portugal: possibilidades e desafios. Os fundos musicais do Mosteiro de Arouca e da Biblioteca-Museu da Casa de Bragança: algumas questões metodológicas sobre a construção de um arquivo digital. **LaborHistórico**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 1-19. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/lh/article/view/63290>. Acesso em: 7 ago. 2024.

SESC PARTITURAS. **Home**. [20--]. Disponível em: <https://sescpartituras.sesc.com.br/#/sescpartituras/home>. Acesso em: 2 jul. 2024.

UNESP - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Biblioteca Digital Unesp: Acervo Furio Franceschini. [2013]. Disponível em: <https://bibdig.biblioteca.unesp.br/handle/10/81>. Acesso em 5 jul. 2024.

Recebido em: xx de xxx de 20..

Aceito em: xx de xx de 20..
